

---

JOHANESBURGO – Sessão do GAC sobre a implementação do novo Estatuto (Sessão 2)

Quinta-feira, 29 de junho, 2017 – 09:15 às 09:45 JNB

ICANN59 | Johannesburgo, África do Sul

**CHAIR SCHINEIRDER:** Bom dia a todos, espero que tenham podido descansar ontem depois do trabalho intenso, mas construtivo do comunicado, temos ainda alguns assuntos para tratar ainda hoje que são importantes, um deles é continuar trabalhando com a implementação do GAC dos novos estatutos, também pela experiência adquirida no primeiro fórum de comunidade que aconteceu na terça-feira, vou passar a palavra à Tom, que vai apresentar o caminho proposto para os próximos 25 ou 30 minutos.

**TOM DALE:** Bom dia, esta sessão é uma continuação de uma mais extensa que teve o GAC sobre a implementação dos novos estatutos na segunda-feira dessa semana. Parece que foi há muito tempo, mas não faz muito tempo. Foi na segunda-feira. Eu vou mencionar quais foram os assuntos que se identificaram no relatório e que proporcionaram um marco para, um guia para as deliberações quando nos reunimos na segunda-feira indicando o que eu acho são as prioridades. Ponto 1: que o presidente da

---

**Observação:** O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

---

ICANN continue representando o GAC perante a comunidade empoderada, eu acho que esse acordo que fosse assim por enquanto. Com respeito ao princípio de participação do GAC na comunidade empoderada, houve alguns comentários, opiniões entre os membros do GAC e também seria adotar os princípios no relatório como procedimentos provisionais esperando a sessão do trabalho que fosse resultado do trabalho entre o momento atual e Abu Dhabi, mas não ficou claro. Também com o ponto 4 que vemos na tela, a aplicação dos princípios do fórum da comunidade, e os procedimentos do GAC para participação. Então aqui temos que ver isso, se adotamos os princípios e procedimentos para essas etapas 1, 2 e 3, sugeridos no relatório, os princípios e procedimentos pendentes de trabalhos futuros, e que esperamos que acabe em Abu Dhabi, ou se deixamos assim. Outros temas para essa sessão, os próximos passos, a resposta do GAC ao tema que apareceu no fórum da comunidade que é a aprovação ou não dos estatutos, nesse sentido talvez devamos discutir sobre esse ponto durante esta manhã, porque a maioria dos senhores estiveram no fórum, lembre que o GAC tem 21 dias a partir de finalizada a reunião da ICANN que é hoje, para manifestar uma opinião sobre a proposta de emenda, minha sugestão é enviarmos uma solicitação, a lista do membro do GAC para que indiquem o que querem fazer. Mas claro, os senhores podem sugerir outras formas de trabalho. Mas já começou a correr o relógio, e o

---

último tema, se é possível de tratar hoje de manhã, é encontrar algum tipo de processo para manejar os temas pendentes entre as reuniões. A ideia seria concluir pelo menos alguns desses temas na próxima reunião. E no relatório se sugeriu formar um pequeno grupo Ad hoc que trabalhe com o presidente da secretaria para avançar no trabalho, com a intenção de avançar. Caso contrário, como já aconteceu com as outras unidades constitutivas, como falamos da GNSO que continuam trabalhando nos temas, são desafios porque são temas que apresentam desafios, não é uma realidade exclusiva do GAC.

THOMAS SCHNEIDER: Obrigado, eu não conheço se há alguma situação próxima, mas eu acho que devemos estar preparados, caso em algum momento surja alguma situação, e alguém faça uma petição, talvez pedindo opinião, na verdade, se o board tem outra ideia de modificar o estatuto, seria bom termos uma opinião formada ainda hoje antes de ir embora, acordar um conjunto de princípios e guias provisionais para saber pelo menos como trabalhar nas primeiras etapas do processo. Enquanto isso, vamos ganhando experiência e veremos como evolui este tema. Uma coisa que deveríamos ter resolvido, acabado, pelas dúvidas que aconteçam numa situação, devemos discutir os temas menos urgentes agora, e continuar o debate em Abu Dhabi, está Dinamarca e Irã que pediram a palavra.

DINAMARCA:

Obrigado senhor presidente, quando na segunda feira falamos, manifestamos a opinião da Dinamarca, sobre quem deveria representar o GAC neste período, a respeito dos critérios, desde Dinamarca, como já repetimos em várias oportunidades, pensamos que seria apropriado se é que existe uma consequência clara e direta sobre as políticas públicas, que o GAC se envolva. Nesse sentido, gostaríamos então de mudar o critério mencionado no número 2, senão diríamos caso a caso. Agora, com respeito à mudança dos estatutos que já foi discutido no fórum da terça feira, eu opino, considero que o debate foi muito útil, e o que escutamos falar da boca do Chris Disspain é que não há consequências para a política pública nessa modificação do estatuto. E isso eu escutei de forma clara. Ele disse que pode existir algumas eficiências, para a diretoria, mas que não havia consequências para as políticas públicas. Também disse que de uma outra forma era um período de prova para a comunidade empoderada. Do ponto de vista da política pública, do nosso lugar achamos difícil determinar se há consequências para a política pública. É uma questão administrativa, ou uma questão administrativa de como a diretoria organiza-se a si própria, não deveria ser uma preocupação do governo, pelo menos não é uma preocupação do governo Danish. Por outra parte aceitamos que se o board

---

considera que é mais eficaz a sua operação, não vamos restringir essa posição, não estamos aqui para o, como governo senão para apoiar o trabalho, mas garantir também que não haja consequências para a política pública, que por outra parte pensamos que não existem. Hoje uma das perguntas realizadas sobre as modificações dos estatutos e porque o board sugeria uma modificação e a comunidade não se envolvia na tal modificação, considerando talvez que tem baixa consequência esses aspectos, tem a ver como o board divide a tarefa interna entre seus membros a respeito dos pontos 1, 2 e 3 a Dinamarca pensa que é importante que o GAC se envolva de forma normal, manifeste a sua opinião, e que seja informado a respeito do processo. Então vemos com beneplácito o comentário feito pelo Canadá, e como para redigir de forma mais positiva o ponto 5, sem utilizar a expressão ou a frase de 3 contestações, objeções formais, mas que três membros do GAC que tenham uma discussão plena. Com respeito à participação do GAC, na tomada de decisões é muito importante que se realize através do consenso pleno.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado Dinamarca, Irã.

---

IRÃ:

Obrigado senhor presidente, o que eu ia dizer o senhor já manifestou, que esse é um procedimento provisório, não tenho qualquer problema em que esteja no começo. Caso contrário penso que modificar o parágrafo 1 seria conveniente dizendo que o GAC está de acordo a menos de que depois se decida de outra forma. Por enquanto estou de acordo de que o senhor nos represente, vai depender da situação. Agora com respeito ao que disse o colega da Dinamarca, eu acho que o tema já foi discutido, eu apresentei no Board na reunião de NomCom, que sim poderia deixar, porque como disse Cris Disspain, é para melhorar a eficiência. Mas não podemos dizer que não é uma situação de política pública. Temos que sair dessa interpretação de que é um exercício de familiarização com a situação, que não tem, gera prejuízos. Eu acho que sim, é prejudicial, acontece em muitas outras áreas também. Há uma variedade de opiniões sobre os temas, não acredito que nessa etapa possamos comentar o que estamos fazendo, devemos primeiro continuar porque é a primeira reunião, e depois de 21 dias devemos transmitir a decisão do GAC, e trabalhar caso a caso no seguinte ponto, acho que não devemos voltar à decisão anterior. Outro consenso sim, teríamos que decidir se vai existir outro consenso, conforme surge dos princípios operacionais, nesse momento temos uma definição de consenso pleno, tá bem, mas devemos ter outro tipo de consenso. O importante é que 1, 2 ou 3 os governos não podem bloquear tudo, é perigoso, e foi uma das

---

condições da transição, que a comunidade não pode ser capturada e isso significa que não há outra possibilidade, de que por exemplo, um único governo poderia bloquear tudo, aí não há um progresso, aí devemos fechar as tarefas.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado Irã. Agora eu passo a palavra para o Reino Unido.

REINO UNIDO: Muito obrigado.

SUÍÇA: Eu sou Jorge Cancio para os registros, eu acho que tem sentido fazer uma espécie de prova com os princípios, estão os procedimentos e os processos aqui na mesa. E se eu entendi de forma certa, nos próximos 21 dias se espera que nós tomemos uma decisão com respeito a se vamos nos abster ou apoiar, ou rejeitar essa mudança de estatutos. E eu acho que é importante levar em conta, que para fins da aprovação dessas mudanças de estatutos, há um limiar muito alto, eu não sei se é de 3 ou 4, 3? Sim, três a favor e não mais de um, ou de uma objeção ou contestação, de um participante decisor. Então temos que levar em conta este ponto. Agora, se fazemos essa avaliação, o que se esperaria é que a equipe de liderança com vista aos princípios que estão já enumerados entre outros assuntos, e que vão guiar

---

quanto à se isto tem consequências na política pública, ou se for assim, vamos fazer uma proposta, ou vamos fazer uma proposta, será enviada ao GAC e depois decidiremos e veremos depois se há mais de uma objeção ou não. Segundo, ou a etapa quarta proposta no procedimento, eu sei que fazer esta prova com este assunto que é, se quiser, não danoso, pode dar lugar à diferentes pontos de vista a nível interno, e também a determinar se há consequências para a política pública. Eu acho que Chris Disspain respondeu uma pergunta que eu fiz, e deu também algumas ideias, e eu entendo que essas ideias têm certa conexão com a política pública. Agora penso também que além de se isto tem consequências para a política pública, há uma coisa que a diretoria, ou aquele que propõe esta moção deve levar em conta, e depende de nós. Por exemplo, numa futura proposta de contestação de orçamento, poderia acontecer que uma SO ou AC que propõe essa moção não leve em conta nenhuma consequência para a política pública. Por exemplo, seria encurtar todo o orçamento, se fosse a proposta de reduzir o orçamento para o GAC, isso teria uma consequência para a política pública de forma indireta. Seria uma consequência realmente importante. Então eu entendo que isso deve ir à melhora das funções de prestações de conta, das medidas de prestação de conta que deveria tomar a diretoria, e com respeito aos procedimentos e às consequências que pode ter com a política pública. Mas agora estamos num ponto no

---

qual devemos decidir. Há alguns procedimentos aqui na mesa, podemos avaliar, considerar, e seria muito interessante ver de que forma as equipes de liderança se preparam ou preparam essas propostas, e como justificam essas propostas e como concretizam esse trabalho excelente. E como confiamos nos nossos vice-presidentes e presidente, muito obrigado.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado representantes da Suíça. Agora Reino Unido.

REINO UNIDO: Obrigado senhor presidente, eu basicamente concordo com os comentários feitos anteriormente, eu acho que o fórum da comunidade teve uma primeira rodada bem sucedida quanto aos processos, eu também concordo com tudo que se manifestou a respeito da nossa participação nesse processo preliminar a respeito deste ponto específico, eu percebi que vamos ter 21 dias a partir da finalização dessa reunião de Johannesburgo, e a liderança vai ter que ser resolvida de forma rápida. A questão da liderança. Também vamos ter que perguntar os membros sobre a posição e as justificativas dessa posição. Isso tem a ver com melhorar a capacidade do board, para tratar as considerações, as solicitações de reconsideração e as ações referidas a elas, e fazer tudo isso de forma adequada e oportuna. Também sei que o fórum da comunidade fez

---

referência a este tema, a explicação que deu Chris Disspain tem também que levar em conta as habilidades ou características legais, e tudo isso pode ser explicado, eu acho que está ou tem a ver com interesse público, a forma em que as solicitações de reconsideração se tratam. É importante para essa organização maximizar a sua eficiência e transparência, a sua capacidade quanto ao que se requerem recursos e habilidades, para tratar essa questão das solicitações de reconsideração. E isso deve ser feito em prol do interesse público e da forma mais efetiva possível, obrigado, esses são os comentários.

COMISSAO EUROPEIA: Meus comentários têm a ver com o que falou o representante do Reino Unido e as informações quanto às implicações de políticas públicas, nesse caso específico isso... também gostaria de falar novamente em relação a oportunidade que temos aqui de testar esse processo e de aprender com esse exercício, e gostaria de destacar que a ativação da comunidade empoderada, pode ocorrer em vários casos, mas aqui nesse caso estamos falando de mudança dos estatutos fundamentais. E isso é algo que deve ser considerado, isso é algo importante, e devemos saber se haverá qualquer alteração, nos estatutos fundamentais.

---

ESTADOS UNIDOS: Então eu gostaria que você confirmasse, antes de fazer a minha intervenção, se esse exercício que estamos fazendo é o estágio 4 do processo, estamos aqui exercendo o poder da comunidade de aprovar ou não alterações dos estatutos fundamentais?

TOM DALE: Não, esse é um processo de aprovação na verdade, e não é um de estágio 4, então não seria o caso de exercer o poder da comunidade aqui. Mas está aberto à interpretação.

ESTADOS UNIDOS: Bom, se nós olharmos os poderes da comunidade, um deles seria aprovar uma alteração do estatuto. Eu acho que para a equipe de liderança aqui fica muito claro que vários governos do passado solicitaram reconsideração, e se nós acharmos que a prestação de contas por governança e mecanismos de remediação não são de interesse público, não são uma questão de políticas públicas, então isso seria uma questão relevante. Eu precisava desse esclarecimento antes de continuar com a minha interpretação. Isso me ajuda a entender melhor a situação. Brevemente eu estou de acordo com Irã de prosseguir de forma provisória. Mas tendo dito isso, em respeito aos princípios, nós acreditamos que no princípio número 4, como da forma que está sendo proposto, precisamos incluir aqui a participação no exercício, de poderes da comunidade. Então eu acho que deve

---

ser cada caso, deve ser considerado de acordo com seus méritos, mas deve ser determinado por consenso do GAC quando nós olhamos procedimentos nos estágios 1, 2, e 3 é necessário haver flexibilidade, mas eu tenho uma pergunta de, quando há mais de três objeções formais. Eu acho que esse número é arbitrário, qual é a fundamentação de haver três, e porque dizem que é a prática comum. Mas eu gostaria de saber se há um lugar que podemos consultar para verificar isso, porque me parece bastante arbitrário esse número.

CHAIR SCHNEIDER:

Não há nenhum precedente, então qualquer coisa que nós coloquemos aqui é arbitrário. Nós temos dois mecanismos, um é como aprovar uma recomendação pode ser feita por consenso, então há um consenso de acordo com o estatuto, e a outra possibilidade de acordo com os estatutos, e por outro lado eu acho que no parágrafo 53 diz que em relação aos princípios operacionais, o GAC pode alterar com base maioria simples. Então em relação às recomendações, trabalhamos com consenso, para questões operacionais com maioria simples. E isso é o que nós temos feito historicamente. Então a ideia de não haver mais de três objeções é não eliminar a questão da maioria simples, mas o que nós achamos é que não veríamos bloquear a participação porque um único país não está de acordo. Podemos discutir isso, pode ser cinco ou dez, mas três

---

achamos que é o menor número. Então se o número significativamente pequeno for contra, isso não deve bloquear a grande maioria. Bom, essa foi a fundamentação, não podemos trocar o número. Como eu disse nós temos regras para, recomendações e regras para procedimentos operacionais. Isso é histórico, nós precisamos concluir, porque já estamos cinco minutos atrasados, então propomos algo para vocês, como forma de avançar, e lembre que só temos 21 dias. Então para alguns já vão entrar de férias, vão ver como é que vai funcionar, bem, podemos continuar por mais 5 minutos e eu acho que os nossos colegas da diretoria já esperaram demais, e podemos então fazer esses cinco, gostaria de pedir ao pessoal do BGRI e que venham até aqui e vamos continuar então depois dessa sessão.

**[FIM DA TRANSCRIÇÃO]**